

# A ARTICULAÇÃO DE AÇÕES DE TRANSGRESSÃO NO PLANEJAMENTO COMO INSURREIÇÃO CONTRA HEGEMONIAS

Rainer Randolph

IPPUR / UFRJ | [rainer.randolph@gmail.com](mailto:rainer.randolph@gmail.com)

---

## Sessão Temática 03: Estado, planejamento e políticas públicas

---

**Resumo:** Inicialmente, este trabalho recupera, inscrito numa trajetória de discussões sobre o planejamento público e suas modalidades, características de sua realização em âmbito estatal e de suas formas comunicativas e insurgentes em relação a fragilidades em contribuir à transformações sociais mais profundas. Partindo de uma constatação pela conferencista de abertura do VI WPSC no Rio de Janeiro em 2016 a respeito de uma crise do planejamento, nossa discussão objetiva contribuir a uma “ruptura ontológica”, por ela proposta, ao se voltar a práticas experimentadas por pessoas subordinadas e a possibilidades de ações de transgressão transformarem o planejamento. Apropria-se, para isto, de reflexões de MirafTAB e sua compreensão de três dimensões desta noção que, por meio de conceitos de antagonismo e hegemonia, permitem, ainda por intermédio de discussões sobre tempo, espaço e ação social, mostrar possibilidades de o planejamento contribuir a determinadas transgressões a transformações sociais mais profundas.

**Palavras-chave:** *Planejamento; transgressão; insurreição; hegemonia; antagonismo*

## **THE ARTICULATION OF TRANSGRESSIVE ACTIONS IN PLANNING AS AN INSURRECTION AGAINST HEGEMONIES**

**Abstract:** *Initially, as part of a trajectory of discussions on public planning and its modalities, this paper recovers characteristics of its realization at state level and its communicative and insurgent forms in relation to its weaknesses in contributing to deeper social transformations. Starting from a statement by the opening speaker at the VI WPSC in Rio de Janeiro in 2016 about a crisis in planning, it aims to contribute to her proposed 'ontological rupture' by turning to practices experienced by subordinate people and the possibilities for transgressive actions to transform planning. To this end, it uses MirafTAB's reflections and her understanding of three dimensions of this notion which, through concepts of antagonism and hegemony, also allow, by discussions on time, space and social action, to show the possibilities of appropriating certain transgressions in planning for deeper social transformations.*

**Keywords:** *Planning; transgression; insurrection; hegemony; antagonism*

---

## **LA ARTICULACIÓN DE ACCIONES TRANSGRESORAS EN LA PLANIFICACIÓN COMO INSURRECCIÓN CONTRA LAS HEGEMONÍAS**

**Resumen:** *Inicialmente, como parte de debates amplios sobre la planificación pública, este artículo recupera características de su realización a nivel estatal y sus formas comunicativas e insurgentes en relación con sus debilidades para contribuir a transformaciones sociales más significativas. Partiendo de una declaración sobre una crisis en la planificación en la apertura del VI WPSC en Río de Janeiro en 2016, pretende contribuir a propuesta de «ruptura ontológica» recurriendo a las prácticas experimentadas por las personas subordinadas y las posibilidades de acciones transgresoras para transformar la planificación. Para ello, utiliza las reflexiones de MirafTAB y su comprensión de tres dimensiones de esta noción que, a través de los conceptos de antagonismo y hegemonía, también permiten, mediante discusiones sobre el tiempo, el espacio y la acción social, mostrar las posibilidades de apropiación de ciertas transgresiones en la planificación para transformaciones sociales más profundas*

**Palabras clave:** *Planificación; transgresión; insurrección; hegemonía; antagonismo*

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho inscreve-se em uma trajetória de investigações e reflexões sobre diferentes perspectivas e modalidades de planejamento público e suas determinadas experiências no Brasil (Randolph, 2022, 2023). Este, realizado no âmbito estatal ou em suas esferas público-governamentais por “ações planejadoras”, é identificado como racional-institucional enquanto expressão de lógicas de governo e governança, caracterizado por projeções tempo-espaciais a respeito de determinados futuros. Está também inscrito, geralmente, em ambientes sociais concretos de conflitos e contradições de interesses em sociedades capitalistas. Uma perspectiva crítica percebe suas ações e instituições enquanto instrumentos para “racionalizar a racionalização” do Estado (Habermas) ou uma determinada contribuição à reprodução (ampliada) dos meios de produção e da sociedade capitalistas.

Mesmo a propostas de planejamento de caráter “comunicativo ou colaborativo” que procuram superar as implícitas restrições de modalidades tecnocráticas atribui-se limitações em conseguir contemplar o sempre presente potencial conflitual e contraditório de interesses envolvidos o que inviabiliza qualquer forma de se opor a lógicas instrumentais econômicas e administrativas. E, mesmo onde conseguem, parcialmente, incorporar e contemplar estes conflitos, veem suas realizações apropriadas ou cooptadas pelas perspectivas de sistemas (Randolph; Frey, 2018).

De forma semelhante, mesmo um planejamento e sua execução de atividades insurgentes ou subversivas não conseguem evitar que seus resultados serem reinterpretados e incorporados em formas capitalistas da reprodução das relações sociais. Ao questionar determinadas hegemonias sociopolíticas, mostram, em geral, certas “fragilidades” de iniciativas que pretendem contribuir a uma transformação mais radical da atual sociedade capitalista.

Em suma, este fenômeno que se chama “planejamento” pode ser diferenciado por perspectivas, abordagens, formas e modalidades em relação a determinados características, critérios, categorias e indicadores. Os textos de Friedmann e Hudson (1974, p. 4 ss.) e, mais recentemente, de Limonad (2015, p. 94 s) são exemplos de esforços de sistematização de modalidades de planejamento e urbanismo que explicitam e usam para sua diferenciação um confronto, em forma de matriz, por um lado *categorias de lógicas* de planejamento e *categorias de sua caracterização*, por outro. A distinção “clássica” entre planejamento (público) compreensivo, incremental, advocatício, participativo, e os já mencionados comunicativo e insurgente se refere, em boa parte, a uma sequência histórica em sociedades capitalistas onde as modalidades anteriores não são extintas pelas posteriores, mas convivem em articulações pragmáticas mais ou menos coerentes. Há uma ampla bibliografia de discussões da trajetória destas formas diferentes de planejamentos como, por exemplo, naquela apresentada por Sager (2005).

Como já afirmado em outros lugares e momentos (Randolph, 2022, 2023), mesmo acrescentar mais um diferente adjetivo ao substantivo “planejamento” só pode sinalizar nada mais do que uma intenção que continua inócua sem um esforço epistemológico e conceitual profundo para mostrar como superar aquelas limitações que outras propostas já demonstraram.

Neste mesmo sentido, na sua conferência de abertura para *IV World Planning Schools Congress “Global Crisis, Planning and Challenges to Spatial Justice in the North and the South”* no Rio de Janeiro em julho de 2016, Mirafteb (2016) alertou para a crise do planejamento, seus problemas de identidade e legitimidade que resultaram numa, como ela disse, “esquizofrenia profissional”, e a necessidade de um “novo tipo de planejamento, novo significado e nova imaginação”.

“O planejamento progressivo precisa romper com os pressupostos hegemônicos que o levaram a essa crise existencial. Ele precisa de uma mudança ontológica na teorização das práticas de planejamento” (Mirafteb, 2016).

O presente texto volta a este apelo de Miraftab para, antes de mais nada, fornecer elementos de uma argumentação que, na base de uma “ruptura ontológica”, pretende reformular a problemática do planejamento, das suas ações e instituições (formais e informais) o que significa

a teorização das práticas de planejamento, (onde) é necessário, em primeiro lugar, reconhecer a gama de práticas além daquelas sancionadas pelo Estado e pelos poderes corporativos, ou seja, as práticas insurgentes; e, em segundo lugar, descolonizar a imaginação e as possibilidades para o futuro. Para isso, precisamos nos voltar para as práticas das pessoas subordinadas, bem experimentadas em práticas anticoloniais e anticapitalistas de longa duração” (Miraftab, 2016).

Para explicitar, conceitualmente, os princípios de práticas de transgressão no planejamento de Miraftab com seu potencial radical, estes serão trabalhados, no item seguinte, junto a uma reflexão do Chantal Mouffe (2005) sobre democracia, antagonismo e hegemonia em sociedades capitalistas para articular os “três momentos de transgressão no tempo, no espaço e nas ações sociais”.

Com uma compreensão reformulada, em relação aos conceitos de Mouffe (2005) mencionados, no item seguinte recorrer-se-á à apropriação de uma discussão de três autores a respeito de formas de antagonismos e contradições nessas sociedades. Sendo que cada um deles vai contribuir em um dos três aspectos indicados por Miraftab: sua forma temporal por Souza Santos (2008); sua forma espacial (do lugar) por Lefebvre (1973) e sua forma vinculada à ação social por Habermas (1981).

Finalmente, a partir de uma sistematização esquemática (e com isto necessariamente simplificadora) dos resultados parciais, o trabalho se encerra com algumas primeiras observações sobre a transgressão como resultado de uma *dinâmica de articulação* de seus três diferentes momentos (superar sua separação analítica), indispensável para “atualizar” (tornar “real”) seu verdadeiro potencial de transformação radical de uma “sociedade”. Essa dinâmica não pode ser compreendida nem como lógica, nem como dialética ou aleatória; pressuporia a realização de um outro “giro ontológico” que concebe “realidade” a respeito dos conceitos fundamentais de tempo, espaço e ação social a partir uma *perspectiva pós-fundamentalista*. Sem poder realizar esta tarefa no presente trabalho, vale como indicação de futuras investigações.

## **VIRADA ONTOLÓGICA DO PLANEJAMENTO E PERSPECTIVA U-CRÔNICA**

Na sua apresentação (e na transcrição e posterior publicação em português) Miraftab chama atenção de trabalhos de Friedmann (2011), Sandercock (1998) e Beird (2002) pela sua tradição de teorias radicais de planejamento ao reconhecerem práticas de cidadãos como formas de planejamento. A discussão de Miraftab se dirige a essas formas voltadas contra perspectivas neoliberais onde a discussão sobre inclusão e participação é apenas um alibi “para a exclusão e a normalização da dominação neocolonial”. É este aparente discurso “inclusivo” do planejamento liberal que leva a autora “a repensar os parâmetros epistemológicos e ontológicos da teorização e da prática do planejamento” (Miraftab, 2016).

Elege, então, como referência para sua reflexão o planejamento insurgente de ações por cidadãos e suas organizações em revoltas e subversões, sistematicamente invisibilizadas por estado e corporações, em contraponto a formas sancionadas por grupos dominantes. Ao romper com a compreensão liberal da “inclusão”, imagina uma “democracia participativa” onde se questiona a legitimidade de direitos formais e, portanto, não se delegue a defesa de seus direitos para outros.

Da sua importante diferenciação não binária entre “espaços convidados” e “espaços inventados”, ela conclui que movimentos radicais precisam reinventar seus espaços de ação por meio de práticas de ruptura e criação porque correm o risco a serem cercadas e incluídas por

organismos do Estado. Não pretende, com isto, propagar qualquer forma de ativismo porque está ciente da existência de ativismos que buscarem apenas “garantir o funcionamento da democracia representativa, é essencialmente o que Svirsky chama de “ativismo escravo”(Miraftab, 2016). “Esse tipo de ativismo escravo é o que a teorização do planejamento des-politizado celebrou e popularizou como planejamento inclusivo por meio da participação cidadã, do desenvolvimento comunitário de base e do envolvimento de base”.

Tudo isto, como diz, tem sérias implicações para o planejamento. Essa visão de práticas insurgentes e de seus condicionantes significa

uma ruptura ontológica porque não visa a uma fatia maior do bolo, mas a um tipo diferente de bolo - um bolo que é ontologicamente distinto. As práticas insurgentes e o planejamento insurgente não buscam a inclusão por meio de uma melhor representação (seja por especialistas ou políticos); buscam a inclusão autodeterminada em que os direitos das pessoas são reais e praticados (Miraftab, 2016).

Assim, ela entende práticas insurgentes de planejamento em termos de três princípios com um potencial transformativo para um urbanismo humano:

(i) *Transgressão no tempo, no lugar e na ação.* Eles transgridam falsas dicotomias entre espaços de ativismo convidados e inventados; ... e *ultrapassam os limites do tempo* por meio de uma consciência historicizada.

(ii) *Contra- e anti-hegemonia:* práticas de planejamento insurgentes são anti e contra-hegemônicas. Elas desestabilizam as relações normalizadas de dominação e, especificamente, são anticapitalistas.

(iii) *Imaginação:* As práticas de planejamento insurgentes são imaginativas. Elas recuperam o idealismo de uma sociedade justa. (Miraftab, 2016, destaques nossos)

Ao usar o termo “transgressivo” e não “transformativa”, Miraftab se distancia de autores que veem, abstratamente, no planejamento apenas seu “poder de mudar o presente”. Em nossa interpretação, ainda em termos abstratos, a “superação” de problemas e mazelas de um presente em direção a um futuro, ainda em uma sociedade capitalista, precisa realizar transgressões do tipo contra- ou anti-hegemônicas, inspiradas em um idealismo de uma sociedade justa e caracterizadas para des-estabilizar relações de dominação; quer dizer, voltadas contra

(i) limites de um tempo presente que se projeta ao passado e futuro;

(ii) formas consolidadas de espaço ou território e

(iii) ações sociais meramente repetitivas, rotineiras e habituais da vida social.

Ou seja, nesta perspectiva (normativa) propriedades particulares de (possíveis) práticas transgressivas em contraposição à reprodução capitalista dominante de determinada sociedade deveriam se caracterizar por aquelas indicadas em relação a de tempo, espaço e ação social (e política). Propriamente relacionado ao planejamento insurgente, mas também falando em geral, é interessante notar que na bibliografia se constata que

uma das limitações cruciais do planejamento insurgente, ... , parece consistir no facto de que é muito mais adequado mobilizar a ação contra a situação atual do que desenvolver um cenário alternativo de um futuro imaginado a aspirar e procurar, e eventualmente construir alianças capazes de para colocá-los em prática (Randolph, Frey, 2018)

De uma forma geral, atividades e práticas transgressivas deveriam “debelar” o projeto neoliberalista ao promover ações contra suas formas hegemônicas. Apesar de até parecer quase

impossível, diante de realidades recentes, Purcell observa bastante otimistamente quando afirma: “A neoliberalização é hegemônica, mas não é invencível. É meramente hegemônica agora. Contra-projetos são possíveis; na verdade, são inevitáveis” (Purcell, 2009, p.144).

Vale, neste contexto, um pequeno desvio para balizar a questão da utopia e da dialética neste contexto.

Sem querer expressar uma visão utópica com a identificação de ações transgressivas de uma luta concreta do planejamento contra a hegemonia, poderia ser razoável adotar uma perspectiva ucrônica em investigação e argumentação a respeito do futuro do planejamento e o da sociedade (capitalista). A adesão a um pensamento ucrônico que, como expressa Bernstein (2016, p. 308), realiza

..., assim como o utópico, ... uma crítica da sociedade presente. Contudo, falta-lhe um projeto alternativo de sociedade, pois a sociedade do futuro é o capitalismo reformulado e piorado. No entanto, é possível distinguir entre ucrônia pessimista e ucrônia otimista. A ucrônia pessimista apenas mostra um futuro sombrio, enquanto que a otimista mostra luta e resistência, o que significa a possibilidade de outra transformação, agora num sentido positivo (destaque nosso).

Em outras palavras, a própria perspectiva ucrônica se anuncia na nossa apropriação do conceito de transgressão de Mirafteb ao se basear numa estratégia que parte da crítica à sociedade atual, mas não parece depender da explicitação de um projeto futuro. Assim, evita, conforme Bernstein (2016, p. 304s), uma utopia abstrata (Randolph 2016) como o fez Marx

que ao invés de fazer planos detalhados sobre a sociedade futura, fez algumas indicações e se dedicou mesmo a compreender a sociedade presente e como ela tende a gestar a sociedade do futuro. O teórico do comunismo elaborou uma teoria do capitalismo e das lutas de classes como processo que engendra as transformações sociais e permitem/possibilitam a nova sociedade comunista.

Esse planejamento, também, mostraria um caráter u-crônico no seu projeto político de transgressão ao ter a finalidade em contribuir para uma sociedade justa sem ser baseado numa perspectiva de economia política de existência de contradições dialéticas entre forças sociais insuperáveis. Com suas ações de transgressão (“insurgentes”) este planejamento seria contra-ou anti-hegemônico e desestabilizaria as relações normalizadas (naturalizadas) de dominação e, especificamente, teria um caráter anticapitalista.

Ou seja, quando fala de hegemonia, Mirafteb se refere explicitamente a sociedades capitalistas, mas não a um conceito geral que diz respeito a suas realidades sociais, políticas e econômicas. As hegemonias indicadas no texto se expressam em pressupostos hegemônicos de um planejamento esquizofrênico com suas falsas dicotomias cuja imaginação do futuro precisa urgentemente ser descolonizada.

Mesmo sem ter uma maior explicitação, a indicação de seu caráter contra-hegemônico permite situar essa visão de planejamento (transgressivo) em uma perspectiva mais geral (e, assim, abstrata) de a Hegemonia em sociedades capitalistas contemporâneas cuja conceituação pode ajudar a encontrar determinadas propriedades particularidades mais “palpáveis” de possíveis transgressões nas dimensões (momentos) de tempo, espaço e ação social.

Será no próximo item que será procurado cumprir este empreendimento.

## **HEGEMONIA E MOMENTOS TEMPORAL, ESPACIAL E DE AÇÃO SOCIAL DE TRANSGRESSÕES NO PLANEJAMENTO**

Abordar a temática ou conceito da hegemonia ultrapassaria, em muito, as possibilidades do presente texto. Poderia ser interessante; no entanto encontrarmos uma perspectiva de

“hegemonia” que vincula esta temática à discussão do planejamento que pode nos servir como contraponto à discussão de MirafTAB.

Trata-se de uma vertente de planejamento também crítica à uma perspectiva “hegemônica” - o “planejamento agonístico” - que trabalha com essa noção no contexto de transformar antagonismos encontradas em sociedades contemporâneas em “agonismos”, como chama.

Baseada

na teoria do pluralismo agonístico de Chantal Mouffe, que parte do pressuposto de que as sociedades são profundamente antagônicas e que, portanto, “a prática de planejamento num sistema democrático liberal, embora promova o pluralismo de valores, não pode igualar todos os valores na construção de consenso porque as decisões exigem alguma forma de classificação de valores o que prefere alguns valores e a relativa repressão e/ou exclusão de outros” (Hillier, 2003: p. 41). A essência da política, portanto, consiste numa luta conflituosa pela hegemonia numa perspectiva agonística, sendo o desafio do planejamento permitir que essa luta possa ocorrer e que as posições minoritárias sejam ouvidas e efetivamente consideradas (Randolph; Frey; 2018).

A existência de antagonismos como conflitos entre pontos de vista e interesses *inconciliáveis* dentro de um processo de planejamento fazem parte de experiências diárias de planejadores, como afirma Pløger (2015, p. 107), onde nem consenso e nem consentimento são possíveis e onde apenas uma ação legal ou decisões políticas podem resolver a situação. Mesmo se não é o caso aqui aprofundar alguma posição do “planejamento agonístico”, sua posição considera dois assuntos aos quais o presente trabalho vai voltar mais tarde.

Primeiro, concorda-se que sociedades capitalistas contemporâneas estejam atravessadas por diferentes antagonismos que precisariam ser contemplados em qualquer perspectiva de planejamento e que impediriam, em tendência, soluções negociadas de conflitos antagônicos. Diante disto só meios de poder e medidas legais poderiam resolver.

Segundo, a ideia é interessante de um politicamente concebido planejamento que deveria “mediar” entre formas antagônicas para possibilitar formas agonísticas (competição para “ganhar” – “agon”). Ou seja procurar transformar conflitos antagonísticos entre “inimigos” em conflitos de “concorrência política” entre adversários. Processos deliberativos têm, portanto, de assegurar a coexistência de competição e cooperação no planejamento e governação, a fim de alcançar do por Mouffe aspirado “consenso conflituoso”, acompanhado de dissensos (Mouffe, 2014: p.29) (Randolph, Frey; 2018)).

Ou seja, transformar antagonismos em agonismos pelo planejamento resulta em consensos conflituosos por determinados arranjos institucionais para lutas democráticas dentro de um ambiente político competitivo com a possibilidade de manifestação enfática e irrestrita de dissenso e o estabelecimento de relações de respeito mútuo entre adversários, que são propensas a gerar opiniões e constelações hegemônicas.

Por meio das lutas democráticas e nas mencionadas determinadas condições podem ser geradas, nesta opinião, constelações hegemônicas. Todos estes processos têm uma legitimidade procedimental onde o dissenso contemplado, ao contrário da proposta comunicativa, resulta na concorrência democrática entre diferentes projetos onde um, à medida que consegue maior adesão, estabelece a hegemonia. Esta hegemonia política é permanentemente questionado e pode ser substituído por outra perante a luta política.

Em termos da acima apresentada proposta de MirafTAB, encontramos uma certa “semelhança” quando ações de transgressão (contra-hegemônicas) pretendem “debelar” certas propostas hegemônicas da/na sociedade. Mesmo sem querer substituir a posição de uma hegemonia por outra em determinado momento, a “luta política” da transgressão não deixa de estar inserida, da sua maneira, naquelas lutas que deram origem à hegemonia vigente. Pois, a transgressão se vira contra determinados elementos que estabeleceram ou reproduzem essa hegemonia.

O que não interessa no nosso caso é analisar possibilidades de substituir uma presente hegemonia sociopolítica por meio da transgressão. Mas, seria interessante conhecer quais os elementos constitutivos da luta contra a hegemonia que podem ser mobilizados para tal. Neste sentido, de uma forma genérica e abstrata, é importante conhecer aqueles conflitos, contradições e antagonismos dentro de uma formação social a respeito dos quais uma determinada hegemonia conseguiu *impor-se e submeter outras propostas*. Saber disto, pode indicar elementos pragmáticos para uma luta de enfraquecimento, mas que pode significar ao mesmo tempo um “empoderamento” para as posições contrárias de origem transgressoras.

Ao voltar às formulações de Mirafteb, transgressões acontecem dentro do tempo, de um lugar (espaço) e por meio de ações. Ou seja, é o potencial “transgressor” de ações sociais em tempo e espaço em uma articulação que configura o respectivo “planejamento”. É uma “ontologia política” cuja “existência” se deve ao caráter político das práticas e ações sociais na origem ao planejamento – um exercício político *par excellence*, nesta visão.

O que falta mostrar nesse raciocínio, então, é que como o conjunto destes três momentos de possíveis transgressões podem encontrar, “em movimento”, “respaldos” (negativos) em antagonismos (ou mesmo contradições) de determinadas formações sociais e suas expressões fenomênicas; uma tarefa impossível nesta formulação genérica. Pois, cada formação social “empírico-concreta” tem suas próprias formas de conflitos, contradições ou antagonismos por razões históricas, territoriais e sociopolíticas.

Não há, também, nenhuma “*totalidade capitalista*” em termos de articulações entre movimentos entre tempo, espaço e ação que pudesse servir como referência diferencial para fenômenos particulares destes antagonismos. A própria distinção de formas de transgressões entre tempo, espaço e ação é apenas analítica e sua articulação, sintética, jamais pode ser considerada como “universal”, mas é basicamente contingente conforme características de formações sociais.

Tanto em termos conceituais como em termos ontológico-fenomenológicos, há, portanto, limitações para fundamentar com maior rigor nossa argumentação. E, talvez, isto seja mesma o resultado do reconhecimento de que fundamentos e bases finais sejam por si só impossíveis, e que a “contingência” de fenômenos aqui tratados precisa ser considerada como um “novo fundamento” (pós-fundamentalista).

Neste sentido – e *neste sentido* mesmo -, sem encontrar um “fundo sustentador” absoluto, seguro e definitivo, vamos nos contentar com os apoios de autores que se debruçaram sobre diferentes expressões de antagonismos onde, cada um, aponta para determinadas potencialidades de transgressão. No entanto, encontrar “surpreendentemente” abordagens, que se articulam com os três momentos de transgressões, não é apenas uma “feliz coincidência”, mas mostra como a simples caracterização de transgressão por Mirafteb nestes três movimentos na articulação do planejamento está mesmo inserida em reflexões epistemológicos e até filosóficos de amplo alcance.

### ***O TEMPO HISTÓRICO E O ANTAGONISMO ENTRE TEMPO LINEAR E CONCRETO MÚLTIPLO, EXPRESSO NO DESPERDÍCIO DE EXPERIÊNCIAS SOCIAIS***

Em sua obra sobre o “Futuro Passado” Koselleck (2006, p. 14) coloca em dúvida a singularidade de um “tempo histórico único, distinto de um tempo natural e mensurável...”.

Pois o tempo histórico, caso o conceito tenha mesmo um sentido próprio, está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofre as consequências de ações, a suas instituições e organizações. Todos eles, homens e instituições, têm formas próprias de ação e consecução que lhes são imanentes e que possuem um ritmo temporal próprio.

Aí Koselleck continua ainda, citando Herder, que se pode afirmar, com certeza e também com alguma audácia “que há, no universo, a um mesmo e único tempo, um número incontável de outros tempos”. Em relação ao tempo histórico

não se pode deixar de empregar medidas e unidades de tempo derivadas da compreensão físico-matemática da natureza; as datas, bem como a duração da vida de indivíduos e instituições, os momentos críticos de uma sequência de acontecimentos políticos ou militares, a velocidade dos meios de transporte e sua evolução, a aceleração ou desaceleração da produção industrial, a velocidade dos equipamentos bélicos, tudo isso, para citar apenas alguns exemplos, só pode ter seu peso histórico avaliado se for medido e datado com o recurso à divisão do tempo natural. (Koselleck, 2006, p. 14s)

As decisões políticas tomadas sob a pressão de prazos e compromissos, bem como outras determinações temporais compreendidas de maneira física, conduzem a um tipo de determinação temporal que, apesar de ser condicionado pela natureza, precisa ser definida especificamente sob o ponto de vista histórico.

Se contemplarmos o conjunto dessa cadeia de eventos, isso nos levará a um processo de determinação e a uma doutrina das épocas, as quais, conforme o domínio específico visado, podem configurar-se de maneira completamente diferente, ou mesmo justapor-se umas às outras. (Koselleck, 2006, p. 14s)

É neste sentido que uma discussão de Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 143) sobre o tempo está referida à doutrina de uma determinada época que apresenta uma configuração específica. Encontra o autor, assim, nas suas investigações de temáticas sobre a reinvenção da emancipação na luta contra exclusão e discriminação em diferentes países um antagonismo entre um tempo linear abstrato e um tempo concreto múltiplo. Pois, durante essa pesquisa percebe que durante a consolidação do capitalismo e seu Estado no hemisfério Norte desenvolveram-se concepções de tempo e temporalidade cuja “concepção linear do tempo” e a planificação da história (que) permitiram expandir o futuro indefinidamente e contrair o presente.

Expressão desse antagonismo é que o futuro (abstrato) resulta numa contração do presente o que exigiria contrair o futuro para dilatá-lo e dar-lhe um conteúdo mais denso e substantivo, do que o instante fugaz entre o passado e o futuro.

Em outras palavras:

Contra o futuro significa torná-lo escasso e, como tal, objeto de cuidado. O futuro não tem outro sentido nem outra direção senão os que resultam desse cuidado. Contra o futuro consiste em eliminar ou, pelo menos, atenuar a discrepância entre a concepção do futuro da sociedade e a concepção do futuro dos indivíduos. (Sousa Santos, 2008, p. 176)

Neste sentido, mudar essa relação antagônica entre presente e futuro seria necessário mudar a abordagem do tempo. Como argumenta Sousa Santos, há ainda uma oposição de duas perspectivas do futuro também resultado de uma relação com o presente: entre um futuro da “sociedade” – aqui seria melhor falar de sua concepção hegemônica - e um futuro contrário dos indivíduos cuja limitação se impõe pela duração da sua vida. Na sua perspectiva, este caráter limitado do futuro dos indivíduos depende da sua gestão e cuidados e faz com que o futuro “em vez de estar condenado a ser passado, ele se transforme num fator de ampliação do presente. Ou seja, a contração do futuro contribui para a dilatação do presente”.

Ao procurar lidar com esse antagonismo entre o tempo abstrato e do tempo concreto introduz os recursos de duas sociologias que correspondem a duas lógicas de dilatar o presente e contrair o futuro:

A sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro segundo tempo linear (um vazio que tanto é tudo como é nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que vão se construindo no presente através das atividades de cuidado (Sousa Santos; 2008, p. 176). Ou seja, pressupõe um conflito ou mesmo antagonismo entre um tempo abstrato do futuro – o do planejamento hegemônico – e um tempo concreto de futuras possibilidades concretas.

Enfim, por Sousa Santos as características de presente e futuro – suas temporalidades – em sociedades ocidentais (capitalistas) foram compreendidas como resultado da racionalidade hegemônica destas sociedades. Aumentar o tempo concreto significa, então, uma luta transgressora do planejamento contra a hegemonia do aumento do futuro; contra uma temporalidade instrumentalizada como resultado da modernidade (ocidental) e da globalização. Situação, que permite ofuscar e tornar invisíveis aquelas experiências sociais que não seguem a racionalidade hegemônica – do capital e de sua reprodução.

### ***O ANTAGONISMO ENTRE A LÓGICA ABSTRATA DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E OS VALORES CONCRETOS NA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO COMO RESULTADO DA PROLIFERAÇÃO DA MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO***

Referido ao mesmo tempo histórico do item anterior, pode-se observar conflitos e antagonismos em determinados contextos espaciais (gerais) que expressam igualmente os resultados de processos históricos de transformações de formações sociais capitalistas e não-capitalistas com destaque particular a configurações urbanas.

Autores como Lefebvre e outros nas suas investigações sobre cidades e processos de urbanização identificaram suas transformações importantes no decorrer de diferentes períodos históricos até chegar à formação social contemporânea que chama de “sociedade urbana”. No decorrer do desenvolvimento capitalista, cidade e urbano tornaram-se elementos cruciais para a compreensão do espaço em formações contemporâneas.

É na passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista ou neo-capitalismo que Lefebvre mostra sua importância também para a conformação de antagonismos (contradições) espaciais. Em sua análise desta trajetória Lefebvre (1973) argumenta como conteúdo e forma da reprodução da sociedade capitalista sofrem uma profunda alteração. Se o modo de produção capitalista foi antes baseado em produção e reprodução de meios de produção e as correspondentes relações sociais, com o resultado de uma crescente urbanização surge a *produção e reprodução da vida social* (no cotidiano) como novo elemento da reprodução deste modo. Localizada no urbano, a compreensão da forma da reprodução social, exige considerar, simultaneamente, temporalidade e espacialidade da sociedade.

Ao considerar esta nova constelação de sociedades capitalistas, podemos chegar à mesma conclusão como Linhares (2008) de que a “produção social do espaço é o mecanismo pelo qual o sistema capitalista encontra meios de se reproduzir amplamente”. Afirma o autor que

a espacialidade do urbano, refletida em formas e fenômenos socio-espaciais, é o plano (material e imaterial) privilegiado da produção e da reprodução das relações sociais capitalistas. Sutilmente, a teorização lefebvrea subverte a lógica dos teóricos convencionais do espaço, que tratam o elemento geográfico como um fator contingente (um custo) que limita a dinâmica do capital.

Nesta corrida do capital para chegar cada vez mais longe, o autor acompanha Lefebvre quando este, “sem negar os obstáculos que a materialidade espacial ... impõe ao movimento do capital”, introduz o urbano como síntese socio-espacial do processo antagônico entre promoção do “esvaziamento” do urbano por um processo de sua mercantilização do espaço e dependência do capital pelas condições concretas da produção, por um lado, e a (re-)produção do espaço como valor de uso e apropriação concreta pela população.

## A CONTRADIÇÃO/ANTAGONISMO ENTRE SISTEMAS E SUA LÓGICA INSTRUMENTAL E OS MUNDOS DA VIDA BASEADOS NUMA REPRODUÇÃO SOCIAL POR LÓGICAS COMUNICATIVAS NO COTIDIANO.

A distinção de esferas numa formação social capitalista em *sistemas* com uma lógica instrumental e abstrata e *mundo da vida* (lifeworld) com uma lógica comunicativa concreta é geralmente atribuída a Habermas (1981) e sua Teoria da Ação Comunicativa. Sem aprofundar essa discussão aqui, em relação à atual temática (Randolph ...) é suficiente apontar para a dependência e dinâmica entre estes dois lados de, como percebido por Purcell (2009), uma ameaça permanente da hegemonia de mercado e lógica instrumental em enfraquecer ou mesmo substituir por sua as lógicas “comunicativas” (ou “concretas”) de processos sociais nos mundos da vida. É neste sentido que autores como Lefebvre e Habermas falam da tentativa de os mercados “colonizarem” a esfera da reprodução social.

Diante disto, experiências de ações transgressivas planejadas, como p.ex. as de insurgências mencionadas por Miraftab (2016), não estarão voltadas apenas contra uma expansão da colonização do cotidiano, mas contra a própria lógica (capitalista) de sua produção e sua expressão hegemônica em economia, política e sociedade. Com isto, uma proposta de transgressão (de resistência) contra a mera expansão de lógicas instrumentais na vida e prática de pessoas não parece significar, diretamente, um confronto com a hegemonia estabelecida em sociedades neoliberais e nem tem a finalidade de se tornar hegemônicas (no sentido da concorrência política). Ações praticadas para fortalecer e aumentar esferas sociais onde dominam a convivência, comunicação e o uso e espaço poderiam ser compreendidos como transgressões contra lógicas sociopolíticas e culturais hegemônicas; os exemplos apresentados por Miraftab parecem ter essas características.

Em outras palavras, práticas de transgressões sociais, que não tem a finalidade de substituir um projeto hegemônico por um outro, são mesmo assim contra-hegemônicas por visarem expandir a validade da lógica comunicativo-concreta para além das limitações impostas por economia e administrações dos sistemas o que se dirige contra a hegemonia. Ou seja, diferentemente das intenções de luta direta contra e por um projeto hegemônico, as ações de transgressões sociais na esfera pública podem ter duas intenções: (i) confrontar tentativas de “colonização” político-administrativa de forma indireta; isto é, nesta forma dirigida contra a expansão das lógicas burocráticas-instrumentais no domínio dos mundos da vida e das suas relações sociais e políticas; (ii) ou, com sua potencialidade transgressiva fortalecer lógicas comunicacionais e o valor de uso contra valores instrumentais orientados para a troca e, assim, confrontar lógicas hegemônicas na sociedade.

Os movimentos sociais urbanos – como os que eclodiram em junho/julho de 2013 no Brasil, por exemplo – podem ter tido uma postura “a-crônica” ao se opor aos avanços crescentes do domínio do valor de troca na cidade. Como diz Melucci (1985): “Defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) envolvida em um conflito e (c) rompendo as fronteiras do sistema em que a ação ocorre”. (p.795; grifo nosso.)

Autores que trabalham com formas insurgentes, subversivas e mesmo transgressivas, destacam uma grande quantidade de experiências no Brasil e no mundo lá fora; não precisam ser inventadas. O que não quer dizer que suas potencialidades não precisam ser identificadas, reforçadas, articuladas e melhor aproveitadas para que, na luta pela não-reprodução do sistema capitalista, conseguem re-produzir seus próprios âmbitos cotidianos ou os transformam.

## **A ARTICULAÇÃO DE TRÊS MOMENTOS DE AÇÕES DE TRANSGRESSÃO EM UM PLANEJAMENTO CONTRA HEGEMONIAS EM SOCIEDADES CAPITALISTAS CONTEMPORÂNEAS**

Como resultado da anterior discussão ganhamos determinadas formas particulares de transgressão – analiticamente separadas –, onde a referência de seu planejamento e atuação – em última instância, daquilo pelo qual merecem ser chamadas de transgressores – são determinadas expressões de hegemonias da formação social capitalista. Conforme nossa leitura dos autores aqui aproveitados essas expressões de hegemonias são particularidades de formações sociais localizadas temporal e espacialmente, mas que tem a pretensão de não serem meramente aleatórias. Mesmo quando, obviamente, não esgotam as “realidades hegemônicas” de formações específicas .

Assim, num nível mais genérico e abstrato, o exercício de hegemônicas vigentes em formações sociais capitalistas contemporâneas pode ser resumido em três formas: na imposição de um tempo linear, de um espaço abstrato e instrumentalizado e da colonização do cotidiano por uma racionalidade instrumental e valores de troca. Como outro lado da “moeda”, os desafios da planejamento e ação transgressivas consiste nas conquistas – para uma determinada sociedade ou população - de um tempo múltiplo e concreto e um presença ampliado; de espaços concretos (diferenciais) que permitem seu uso concreto a habitantes e população; e por uma vida onde valores de reunião, comunicação, e fruição sociais se sobrepõem aos ditames da mercantilização de reprodução social.

Como forma de facilitar uma visualização das diferentes ações de transgressão em sua relação com o enfrentamento no âmbito de respectivas contradições e antagonismos, elaboramos uma síntese esquemática que segue os recortes analíticos e mostra, analítica e esquematicamente, uma certa “lógica comum” (analiticamente construída) nas três categorias temporal, espacial e social da nossa interpretação das contribuições dos autores citados. As transgressões, analiticamente separadas, estão situadas no âmbito da lutas por hegemonia e seus resultados, de sua caracterização e indicação do alvo de possíveis ações de transgressão, junto com suas medidas, resultados e finalidades.

Poderia se entender que as diferenciações analíticas na Quadro 1 representam, na perspectiva transgressiva, as três dimensões de certas “frentes de lutas” e suas possíveis articulações. São abordagens radicais do planejamento, como diz Sandercock (1998) que precisam reconhecer que ações contestatórias tem de ser conduzida por fora da burocracia e contar com o empoderamento das comunidades locais e dos movimentos sociais, embora reconhecendo a sua importância e limites:

Tomadas separadamente, nenhuma destas lutas pode parecer de todo uma ameaça ao sistema... mas no seu conjunto constituem um desafio, porque têm o potencial de tornar as pessoas menos dependentes do capital global, aumentando o seu poder social e experimentando o seu próprio poder político (Sandercock; 1998, p. 176)

Quadro 1: Contextos de contradições/antagonismos e as ações de transgressão no planejamento

Categories	Transgressão do tempo linear	Transgressão do espaço abstrato	Transgressão da instrumentalização da vida
Contexto de forças contraditórias/antagônicas	Globalização neoliberal vs. Luta de movimentos sociais e ONGs; Núcleo do sistema político vs. Periferias sócio-políticas	Representação do espaço vs. Espaços de representação (vs. Práticas espaciais – Tríade)	Sistemas econômicos e administrativos vs. Mundo da Vida
Resultado de contradição/antagonismo	Desperdício da riqueza de experiências sociais (particularmente fora do centro hegemônico)	Dominação pelas concepções dos arquitetos, urbanistas e planejadores	Colonização do mundo da vida por sistemas econômicos e administrativos
Consequência da hegemonia vigente	Concepção linear do tempo com aumento do futuro em detrimento ao presente	Concepção abstrata do espaço	Instrumentalização de todas as manifestações sociais
Alvo de transgressões	Combater a razão indolente por meio da sociologia da emergência e da ausência com o fortalecimento da razão cosmopolita	Combater a lógica sistêmica por meio de expressões no cotidiano, nas artes etc. da lógica “underground”	Combater a razão instrumental com o fortalecimento da razão comunicativa
Medidas possíveis	Criar espaço-tempo necessário para valorizar a experiência social na periferia do sistema sócio-político, processo de “tradução”	Realizar práticas espaciais ligadas a espaços de representação; corpo, cotidiano; espaço concreto	Descolonizar o cotidiano ao fortalecer manifestações sociais voltados à produção de um “poder social”
Resultado	Encolher o futuro ao expandir, ao mesmo tempo, o presente	Fortalecimento do valor de uso do espaço e da sua vivência (espaço diferencial)	Formulação políticas e visibilidade de demandas periféricas na esfera pública política
Finalidades de ações de transgressão	Contempler e fortalecer multiplicidades de racionalidades e temporalidades	Enfraquecer o espaço abstrato ao fortalecer o espaço diferencial (valor de uso do espaço)	Contribuição para limitar e reduzir a influência da razão instrumental ao fortalecer o poder comunicativo na sociedade

Fonte: o autor

Como era de se esperar as “dimensões” tanto de antagonismos como de transgressões em relação a tempo, espaço e o social têm certo grau de inter-relações e mútuas dependências. Na verdade, as transgressões e manifestações de contradições em formações sociais capitalistas não devem ser conceituadas em diferentes dimensões, mas como diferentes momentos em movimentos de sua articulação.

Na verdade, historicamente, as experiências de movimentos radicais insurgentes ou revolucionários costumavam originar-se de forças que atuavam contra o sistema, geralmente sob a forma de confrontos hostis. A premissa de Mouffe para a disputa agonística, “uma adesão partilhada aos princípios ético-políticos da democracia” (MOUFFE, 2000: p.15), ou melhor, a aceitação de arranjos institucionais básicos, costumava ser revogada por tais movimentos, uma vez que é apenas estas estruturas gerais que são identificadas como as principais causas de disputas políticas injustas e, portanto, de agitação social e ação subversiva (RANDOLPH, FREY 2018).

Consequentemente, a articulação de ações transgressivas num planejamento não pode caber a um planejador profissional, mas acontece, como mostram os exemplos apresentados por Mirafab (2016) em relação às práticas cotidianas da população e em suas comunidades locais como formas particulares de planejamento. Para Mirafab (2009, p. 32) “práticas de

planejamento insurgentes como contra-hegemônicas, transgressoras e imaginativas” reimaginaram e praticaram novos tipos de ação democrática numa perspectiva emancipatória e fortalecedora.

Na sua distinção entre “espaços convidados” e “espaços inventados”, brevemente mencionada anteriormente como locais de confronto e insurgências, Miraftab (2018, p.279) aproxima, no primeiro caso, a atuação transgressiva a experiências democráticas e participativas; ao ponto que atribui a construção (“invenção”) de espaços “à ação coletiva dos pobres que confrontam diretamente as autoridades e desafiam e desestabilizam o status quo”, mas mantendo-se frequentemente numa relação mutuamente interativa; no entanto, as práticas insurgentes movem-se fluentemente através de diferentes arenas formais e informais de participação. Não obstante, correm o risco de ser criminalizados pelas forças hegemônicas com o intuito de conter e controlar espaços de ativismo cidadão (Miraftab, 2018).

Neste sentido, Miraftab “responde” à afirmação, por ela levantada, a respeito do planejamento insurgente ser transgressivo no tempo, lugar e ação, como observado anteriormente. A articulação das três dimensões nas transgressões acontece, neste caso, de uma forma empírica, conforme as características das ações de uma forma pragmática. Desta forma, observada mais prática e concretamente na realidade de diferentes insurgências, sua abordagem permite identificar, aproximadamente, potencialidades e limites de insurgências dentro da perspectiva de uma luta contra a hegemonia.

Na verdade, o proposto desta investigação em conseguir estabelecer alguma articulação entre espaço, tempo e social tem sido encaminhado indiretamente. Nem tanto por circunstâncias particulares de ações transgressivas, mas pelo vínculo de cada dimensão a características distintas de antagonismos encontrados em cada formação social – onde não destacamos tanto a sua fase neoliberal, mas mais mecanismos subjacentes dos quais o neoliberalismo por ser considerado uma expressão particular.

Acreditamos que tempo linear, espaço abstrato e instrumentalização da vida fazem parte de um “pacote” de uma forma de dominação das sociedades contemporâneas cuja “razão” fundamental é assegurar a reprodução do modo de produção e a sociedade capitalista. Ou seja, talvez caberia procurar entre os antagonismos apontados – obviamente interligadas – uma cuja transgressão poderia ser “estratégica” para colocar em marcha transformações mais profundadas desta sociedade para a qual, então, uma determinada forma de planejamento transgressivo pode assumir um papel destacado. Não vai ser possível realizar esta tarefa aqui e agora; mas que ela é possível pretendemos mostrar em um momento futuro.

Dentro da perspectiva acrónica que orientou o confronto entre formas de antagonismos e possíveis transgressões, não se trataria de uma luta por uma outra hegemonia, mas de uma luta a favor daquilo que está subordinado às lógicas do capital; subordinações reais e práticas que já são fontes de descontento e transgressões. Como disse também Žižek (2012), “há... espaço para uma revolução passiva mágica, que em vez de enfrentar diretamente o poder o enfraquece, cavando como uma toupeira no chão e negando todos os seus rituais e práticas quotidianas subjacentes” (p.135).

Essa dinâmica não pode ser compreendida nem como lógica, nem como dialética ou aleatória; pressuporia a realização de um outro “giro ontológico” que concebe “realidade” a respeito dos conceitos fundamentais de tempo, espaço e ação social a partir uma perspectiva pós-fundamentalista.

Sem poder realizar esta tarefa no presente trabalho, vale como indicação de futuras investigações

## REFERÊNCIAS

- BEIRD, V. A. Covert Planning for Social Transformation in Indonesia. **Journal of Planning Education and Research** 22 (1): 2002, 15–25
- BERNSTEIN, S. Utopia e ucrania: concepções da sociedade futura. **Revista Sociologia em Rede**, vol. 6 num. 6, 2016, 302-309
- FRIEDMANN, J. **Insurgencies: Essays in Planning Theory**. New York: Routledge. 2011
- FRIEDMANN, J., HUDSON, B. Knowledge and action: a guide to planning theory. **American Institute of Planners Research**, v. 1, p. 2-16, Jan. 1974
- HABERMAS, J. **Theorie des kommunikativen Handelns**: Handlungsrationalität und gesellschaftliche Rationalisierung. Frankfurt/M.: Suhrkamp 1981
- HILLIER, J. 'Agonizing over consensus: why Habermasian ideals cannot be 'real''. **Planning Theory**, vol. 2(1), 2003, 37-59
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto 2006
- LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973
- LIMONAD, E. Muito além do jardim: Planejamento ou urbanismo, do que estamos falando? In: COSTA, G. M., COSTA, H.S.M, MONTE-MÓR, R.L.M. (Orgs.) **Teorias e práticas urbanas. Condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte 2015, p. 71-102
- LINHARES, L. Planejamento. Do economicismo moderado à dialética socioespacial. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, V.10, N.1 / MAIO 2008, p. 29-48
- MELUCCI, A. "The symbolic challenge of contemporary movements". **Social Research**, vol 52, nº 4, winter 1985, pp. 788-816,
- MIRAFETAB, F. Insurgent planning: situating radical planning the global south. **Planning theory**, v. 8, n. 1, 2009, p. 32-50
- MIRAFETAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. Insurgency, planning and the prospect of a humane urbanism. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 18(3), 2016, 363-377 (tradução por Ester Limonad da conferência de abertura do VI World Planning Congress no Rio de Janeiro em julho de 2016)
- MIRAFETAB, F. Insurgent practices and decolonization of future(s). In: Gunder, M., Madanipour, A. & Watson, V. (eds.) **The Routledge Handbook of Planning Theory**. New York, Routledge, 2018, p. 276-288.
- MOUFFE, C. Deliberative democracy or agonistic pluralism. Institute for Advanced Studies (HIS). Vienna, **Political Science Series**, nº 72, Vienna, December 2000
- MOUFFE, C. **On the Political**. London, Routledge, 2005
- MOUFFE, C. **Agonistik**. Die Welt politisch denken. Frankfurt/Main: Suhrkamp 2014
- PLØGER, J. Impossible common ground. Planning and reconciliation. In: Metzger, J., Allmendinger, P. & Oosterlynck, S. **Planning against the political: democratic deficits in European territorial governance**. New York: Routledge, 2015, pp.107-128.
- PURCELL, M. Resisting neoliberalisation: Communicative planning or counter-hegemonic movements? **Planning Theory** 8(2): 2009, 140-165

RANDOLPH, R. Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”. Reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. **Scripta Nova (Barcelona)**, v. 245 (17), p. 85-98, 2007.: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24517.htm>

RANDOLPH, R. Futuros no planejamento e planejamento do futuro. In FRIEDMAN, F. (Org.) **Quem planeja o território**. Rio de Janeiro: LetraCapital Editora, 2022, p. 527- 557

RANDOLPH, R. Entre fenômeno e ficção, presente e futuro no planejamento: reflexões sobre temporalidades e futuridades. **Boletim Campineiro de Geografia** 13(1), 2023

RANDOLPH, R., FREY, K. Planning and governance. Towards radical political approaches. In: ERAYDIN, A., FREY, K. (Eds.) **Politics and Conflict in Governance and Planning - Theory and Practice**. New York: Routledge 2018

SAGER, T. Communicative planners as naïve mandarins of the neo-liberal state? **European Journal of Spatial Development**, dec 2005

SANDERTCOCK, L. The death of modernist planning: radical praxis for a postmodern age. In: Douglass, M.; Friedmann, J. (eds.) **Cities for citizens**. Planning and the rise of civil society in a global age. Chichester: John Wiley & Sons, 1998, p. 163-184.

SOUSA SANTOS, B. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], v.63, 2002; edição Kindle 2008

ŽIŽEK, S. (2012). Das unendliche Urteil der Demokratie. In: Agamben, G. et al. **Demokratie? Eine Debatte**. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2012, p. 116-136.